



CISL denuncia vaga de atentados **contra os direitos sindicais**

No passado dia 10 de Dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, a UGT, em comunicado intitulado “Os Direitos Sindicais Também São Direitos Humanos”, alertou para o facto de os dirigentes e activistas sindicais estarem entre as principais vítimas de atentados, prisões arbitrárias, tortura e assassinatos em todos os continentes, com particular incidência na Ásia, em África e na América Latina.

O Relatório Anual hoje publicado pela Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL), vem confirmar, de forma sombria, essa denúncia.

De facto, só em 2005, foram assassinados 115 sindicalistas, mais de 1.800 foram vítimas de agressões violentas, cerca de 9.000 foram encarcerados e mais de 10.000 foram despedidos pelo simples facto de exercerem actividade sindical.

A América Latina continua à cabeça desta negra lista, com particular destaque para a Colômbia, onde se registaram 70 assassinatos de sindicalistas, mas é acompanhada de perto por vários outros países, normalmente com regimes ditatoriais, como o Irão, o Zimbabwe ou a Birmânia.

Fruto de particular preocupação é o facto de surgirem, entre os países onde se verificam atentados à liberdade sindical, alguns países de democracias consolidadas, como seja o caso da Austrália ou dos Estados Unidos, onde a administração Bush se tem encarniçado contra o movimento sindical.



Igualmente preocupante é a vaga anti-sindical que alastra na Europa e que afecta não apenas países com regimes ditatoriais, como a Bielorrússia, mas também países candidatos à adesão à União Europeia, como a Roménia e a Turquia, e até Estados-Membros da União, como a Polónia, Malta, a Alemanha ou o Reino Unido, em claro desrespeito por aquela que é uma das bases do Modelo Social Europeu.

Em Portugal, apesar de não existirem denúncias de casos graves, é notória a crescente dificuldade que os dirigentes e activistas sindicais encontram para exercerem a sua actividade, sujeitos a pressões crescentes por parte de alguns empregadores.

Este relatório é divulgado no momento em que está reunida, em Genebra, a Assembleia Geral da OIT, pelo que a UGT renova os seus apelos para que todos os países subscrevam as 8 Convenções fundamentais da OIT e para as cumprirem na prática, já que não haverá verdadeiro respeito pelos direitos humanos enquanto forem negados aos trabalhadores os seus direitos sindicais.

Lisboa, 06 de Junho de 2006

A Comissão Permanente

Relatório anual da CISL revela subida da violência e hostilidade contra direitos sindicais

Bruxelas, 7 de Junho de 2006:

115 sindicalistas assassinados em 2005 por terem defendido os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, mais de 1.600 vítimas de agressões violentas e 9.000 prisões.

Este é o balanço do Relatório anual das violações dos direitos sindicais que a Confederação Internacional de Sindicatos Livres (CISL) publica hoje. A isto juntam-se cerca de 10.000 trabalhadores despedidos devido às suas actividades sindicais e perto de 1.700 detidos.

A **América Latina** tem permanecido a região mais perigosa para os sindicalistas. A **Colômbia** encontra-se, mais uma vez, à cabeça da lista no que se refere aos assassinatos, intimidações e ameaças de morte. 70 sindicalistas colombianos pagaram com a vida o seu combate pelos direitos fundamentais no trabalho. Os outros países atingidos pela violência e repressão contra os sindicalistas são, nomeadamente, o **Iraque**, o **Irão**, **El Salvador**, o **Djibouti**, a **China**, o **Cambodja**, a **Guatemala**, o **Zimbabwe** e a **Birmânia**. Alguns **países árabes** do Golfo continuam a proibir expressamente os sindicatos, enquanto outros países, como a **Coreia do Norte**, estão permanentemente sob o domínio dos “sindicatos oficiais” controlados pelo Governo. Na **Austrália**, o Governo introduziu novas leis que privam a mão-de-obra da protecção mais fundamental.

“O Relatório deste ano revela tendências muito preocupantes, particularmente para as mulheres, para os trabalhadores migrantes e para as pessoas que trabalham no sector público” declarou o Secretário-Geral da CISL, Guy Ryder. “O número de mortos em 2005 foi ligeiramente inferior ao do ano precedente, mas constatamos uma violência e uma hostilidade cada vez mais grave contra os trabalhadores e trabalhadoras que defendem os seus direitos”, acrescentou.

Para além dos 70 assassinatos registados na **Colômbia**, 260 sindicalistas colombianos foram sujeitos a ameaças de morte, sendo que os autores destes crimes

continuam impunes, e os sindicatos são alvos da parte de grupos armados. O sector do ensino foi o mais fortemente atingido pela repressão, expondo à violência um número crescente de mulheres sindicalistas.

Nas **Américas**, mais concretamente no **Brasil**, foram mortos oito defensores dos direitos dos trabalhadores rurais, tendo tido o mesmo dramático fim o coordenador sindical regional nas **Honduras** Francisco Cruz Galiano. Na **Guatemala** manteve-se o clima omnipresente de violência e de medo vivido, particularmente, pelas trabalhadoras. Os trabalhadores do sector do ensino, dos bancos e da agricultura foram os principais alvos.

Nos **Estados Unidos**, a administração Bush prosseguiu os seus esforços para destruir a liberdade sindical e a negociação colectiva, reforçando as práticas anti-sindicais. Um dos empregadores mais hostis aos sindicatos nos Estados Unidos, a Wal Mart, alargou as suas práticas ao **Canadá**. Várias províncias canadianas adoptaram igualmente novas medidas a fim de enfraquecer os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Tal como noutras regiões, o carácter sistemático das violações dos direitos da mão-de-obra, maioritariamente feminina, nas zonas francas de exportação é evidente, sobretudo no **México** e na **República Dominicana**, onde as empresas multinacionais praticam baixos salários e condições de trabalho abusivas, particularmente nas cadeias de produção dos sectores têxtil e metalúrgico.

Em muitos países da **Ásia**, nomeadamente no **Bangladesh**, **Índia**, **Paquistão**, **Filipinas** e **Sri Lanka**, as zonas francas de exportação distinguem-se pela acção anti-sindical dos empregadores, frequentemente com a cumplicidade dos Governos, no quadro da corrida desenfreada de numerosas empresas internacionais para enfraquecer os seus concorrentes.

Na **Birmânia**, dez militantes clandestinos da Federação “fora da lei” dos sindicatos da Birmânia foram presos e condenados a penas de prisão até 25 anos, enquanto a junta militar reforçava o seu domínio sobre o país. Kim Tae-hwan, da central sindical **coreana** FKTU, foi um dos 17 sindicalistas asiáticos morto em 2005, atropelado por um camionista que obedecia às ordens da polícia para investir contra um piquete de greve numa cimenteira. A violência anti-sindical da polícia e das forças de segurança foi também referida na **Índia**, no **Cambodja** e na **China**.

No **Nepal**, os sindicatos estiveram no centro de um movimento da sociedade civil para restabelecer os direitos humanos e sindicais no seguimento de um golpe de Estado perpetrado pelo Rei Gyanendra. Na **Coreia do Norte**, no **Laos** e nas **Maldivas** os trabalhadores foram sujeitos a um estrito controle governamental, à semelhança igualmente da única federação sindical nacional **vietnamita**. Dezenas de militantes sindicais **chineses** permanecem na prisão e as autoridades reprimiram violentamente as manifestações de trabalhadores em vários locais, com registos não confirmados da morte de dois manifestantes.

Na **Austrália**, o Governo conservador introduziu no final do ano uma nova série de leis anti-sindicais através do Parlamento, com duras restrições ao direito dos trabalhadores à representação sindical. A maior parte dos trabalhadores forma privados da protecção contra um despedimento abusivo. Foram introduzidas disposições para a emissão de pesadas multas aos responsáveis e membros sindicais, mesmo que estes apenas se limitem a pedir aos empregadores uma licença remunerada para a frequência de uma acção de formação sindical ou a garantia de não despedimento de trabalhadores sem justa causa.

No **Médio Oriente**, uma série de acções de protesto organizadas pelos trabalhadores **iranianos**, nomeadamente no sector dos transportes, foram pesadamente sancionadas pela polícia, havendo registos de actos de tortura e violência contra os grevistas. As tentativas no sentido de formar um sindicato, levadas a cabo pelos trabalhadores da fábrica automóvel Iran Khodro, que produz viaturas para a Renault, foram prejudicadas pelas autoridades e um elevado número de trabalhadores foi despedido por ter protestado contra o não pagamento de salários. Um trabalhador foi levado pelo pessoal da segurança da empresa e violentamente espancado, aparecendo algumas semanas depois na cadeia de sinistra reputação de Evin, em Teerão. O conflito no **Iraque** tornou a actividade sindical extremamente difícil. Treze representantes sindicais foram assassinados, como consequência directa das suas actividades sindicais. Entre eles, encontrava-se o responsável pela Federação Iraquiana de Sindicatos, Hadi Salih, morto e torturado em Janeiro por assassinos que se introduziram na sua casa em 4 de Janeiro.

Os trabalhadores migrantes continuaram a ser vergonhosamente explorados em vários países do Médio Oriente, entre os quais o **Koweit**, **Oman**, **Qatar**, **Arábia Saudita**, **Líbia** e **Jordânia**. Em muitos destes países, os sindicatos continuam a ser totalmente proibidos ou são objecto de enormes restrições legais. Nos **Emirados**

Árabes Unidos, 130 trabalhadores da construção foram selvaticamente agredidos por terem convocado uma greve, sendo que alguns trabalhadores migrantes só receberam os seus salários, nalguns casos, após dezasseis meses. No **Bahreïn**, as esperanças de que o Governo pudesse tomar certas medidas positivas para tornar a legislação conforme às normas internacionais, desvaneceram-se com a promulgação de uma nova disposição legal que é, afinal, ainda mais restritiva. No **Qatar**, porém, um passo foi dado na melhor direcção, pois um novo código de trabalho, se bem que apresentando lacunas em vários campos, permitiu a criação de sindicatos livres.

Num dos piores incidentes ocorridos no continente africano, a polícia do **Djibouti** abateu um membro do sindicato dos motoristas e feriu vários outros. Ainda no Djibouti, uma greve teve como resultado 170 prisões e 70 despedimentos. O movimento sindical no **Zimbábwe** sofreu um assédio contínuo por parte do Governo: dirigentes sindicais foram ameaçados de morte, outros presos e encarcerados e sindicalistas violentamente agredidos.

Na **África do Sul**, a polícia utilizou balas de borracha e gás lacrimogéneo para reprimir uma manifestação de trabalhadores. Dois delas foram hospitalizados no seguimento desta repressão policial. Na **Nigéria**, novas leis limitam severamente o direito à greve e proíbem expressamente os sindicatos para certo tipo de trabalhadores. As autoridades **etíopes** reprimiram, em particular, o sindicato dos jornalistas e mantiveram a sua proibição ao sindicato dos professores, do qual vários membros foram detidos e acusados de alta traição. Na **Argélia** e nos **Camarões** foram produzidas novas acções anti-sindicais no sector do ensino. No **Sudão**, no **Egipto** e na **Libia** apenas são autorizadas as centrais sindicais nacionais sob controle do Governo.

Vaga anti-sindical alastra na Europa

A reputação do regime de **Lukashenko** para esmagar a democracia estendeu-se aos sindicatos independentes. Apesar do aviso da Comissão Europeia de que **Bielorússia** tinha seis meses para pôr fim às sérias violações dos direitos sindicais ou arriscar-se-ia a perder o seu estatuto preferencial com a União Europeia, o sindicato independente BKDP enfrentou obstrução e interferências por parte das mais altas instâncias governamentais. Ao mesmo tempo, o presidente Lukashenko introduziu legislação prosseguindo o seu objectivo de transformar o sindicato FBP, controlado

pelo governo, o único no país, enquanto falhava a implementação das recomendações da Comissão de Inquérito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2004.

Da mesma forma, o governo **Moldavo** tenta coagir os trabalhadores, especialmente nos sectores da educação e saúde, a ingressarem na sua confederação sindical 'preferida', Solidaritatea. O padrão de repressão dos direitos dos funcionários públicos europeus também surge na **Turquia**, onde o sindicato dos professores Egitim Sem, continua a ser um alvo de repressões sistemáticas. Dez pessoas foram presas e 17 foram feridas numa violenta acção de repressão policial sobre uma manifestação pacífica. Ainda na Turquia 23 sindicalistas foram agredidos e 543 despedidos, acções preocupantes para um país que aspira a pertencer à União Europeia.

Na **Polónia**, os sindicatos denunciaram vigilância e interferências sistemáticas enquanto alguns empregadores polacos simplesmente recusaram-se a reconhecer ou negociar com os sindicatos. O governo **alemão** recusa-se ainda a levantar uma proibição às greves no sector público e os sindicalistas de **Malta** enfrentam numerosas ameaças de morte, incluindo uma contra a mãe de um secretário geral de um sindicato, simplesmente por protestar contra o orçamento apresentado pelo governo.

“O padrão que emerge é claro – muitos regimes e empregadores através da Europa Central e de Leste estão a usar ameaças, intimidação, interferências para travar a expansão do sindicalismo independente. Na Europa Ocidental, o diálogo social tem uma longa tradição. No entanto, os empregadores empenham-se cada vez mais em minar as liberdades e direitos básicos e os governos deixam-nos ficar impunes”, disse Guy Ryder, Secretário-Geral da CISL.

A cruzada anti-sindical levada a cabo pelas empresas multinacionais teve um ponto alto com o despedimento de 670 trabalhadores pela Gate Gourmet, no **Reino Unido**. Para provar a sua reputação, a filial da mesma empresa na **Alemanha** recusou-se a honrar os compromissos assumidos no acordo colectivo que assinou e chamou trabalhadores para furar as greves. Ainda na **Alemanha**, a cadeia de supermercados Lidl continua virulentamente anti-sindicatos. A multinacional Coca Cola também não se furta a várias menções no relatório pelo seu tratamento dos trabalhadores no **Azerbaijão, Moldávia, Turquia e Federação Russa**, onde os trabalhadores da fábrica de Volzhsky foram ameaçados com o despedimento caso aderissem ao sindicato.

“Face ao aumento do clima de repressão sindical, todos, mas especialmente a União Europeia, tem a responsabilidade de usar todas as armas ao seu dispor para encorajar o respeito pelos direitos dos trabalhadores e assegurar-se que os maus comportamentos não são recompensados. Por exemplo, apesar das provas claras de repressão do movimento sindical em países como a **Bielorússia, Moldávia e Geórgia**, a Comissão decidiu atribuir-lhes preferências comerciais, ao abrigo do seu sistema de preferências generalizadas (SPG) em 2005. Os actuais Estados-membros têm a responsabilidade de assegurar que os direitos do movimento sindical são respeitados, sobretudo se quiserem pregar a países que aspiram a integrar a União, como a **Turquia, a Bulgária e Roménia**”, recomendou Ryder.

O movimento sindical na **Rússia** sofreu um golpe com a única morte na Europa de um sindicalista. Vyacheslav Karpov, antigo dirigente de um sindicato municipal de professores foi abatido a tiro em circunstâncias ainda por explicar, após ter sofrido ameaças de morte e ser vítima de fogo posto na sua residência.

Demonstrando que até os diplomatas podem ter lacunas nas suas capacidades de escutar, os trabalhadores da embaixada da Lituânia na **Suécia** e os trabalhadores da embaixada norte-americana no **Reino Unido** têm enfrentado problemas em fazer reconhecer os sindicatos como os seus representantes nas negociações dos acordos colectivos.

Possivelmente o gesto mais extravagante de uma atitude anti-sindical pertence a um empregador **belga**, dono de uma firma de segurança privada, que fretou um helicóptero durante a greve geral do dia 27 de Outubro de 2005 para poder detectar quaisquer infracções aos regulamentos de uma manifestação pública

Estatísticas vitais (Europa):

Assassinatos: **1**

Ameaças de morte: **10**

Ferimentos, espancamentos, tortura: **27**

Prisões: **18**

Detenções: **2**

Sentenças de prisão: **0**

Despedimentos: **1.297**